



A GESTÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA NO CONTEXTO DE CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL: UM EXAME À LUZ DA CRÍTICA MARXISTA.

Ana Núbia Marques Duarte ¹

Josefa Jackline Rabelo ²

RESUMO

O projeto educacional brasileiro que se consolidou a partir da década de 1990 sob a guia das organizações financeiras mundiais convergiram para a implementação de uma série de reformas educacionais, ações e ideologias de controle social e econômico impactando diretamente na formação da classe trabalhadora e na gestão da educação pública. Nesta direção objetivamos examinar, à luz da crítica marxista, as concepções educativas presentes no projeto educacional brasileiro relativo à gestão do ensino público destinado à (de)formação da classe trabalhadora. A matriz teórico-metodológica é embasada pelo prisma do materialismo histórico-dialético de Karl Marx e Friedrich Engels, que se soma com o levantamento bibliográfico e a revisão da literatura acerca da temática, a partir de intérpretes contemporâneos do marxismo, bem como dos discursos políticos e ideológicos presentes nos documentos que tratam da questão educacional no Brasil como a constituição de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, entre outros. Encontrou-se postulados como: o estado como realizador da educação, a educação como direito de todos, preparação para o exercício da cidadania, e qualificação para o trabalho, aspectos que apresentam enormes contradições diante das mazelas sociais produzidas pelo metabolismo do capital e que confrontam diretamente o papel da educação na formação de pessoas que possam pensar um mundo capaz de romper com a lógica do capital.

Palavras-chave: Educação; Educação Pública, Neoliberalismo, Gestão Pública.

INTRODUÇÃO

A questão da educação escolar no Brasil é uma das pautas mais recorrentes nos discursos políticos. Hodiernamente, a oferta e o acesso à educação constituem um direito adquirido por meio de muitas lutas sociais. No entanto, os processos educativos escolares efetivados por meio dos currículos são colocados de forma verticalizada, fragmentada, aligeirada, e, conseqüentemente, mitigam um dos poucos mecanismos que temos para o desenvolvimento intelectual da classe trabalhadora.

A sociedade contemporânea, por sua vez, pouco se questiona sobre qual educação está sendo oferecida? Educação para quê e para quem? O que percebemos é a permanência de uma educação que segrega, classifica e que contribui para a lógica da dominação capitalista.

¹ Mestranda em Educação pela UFC. Graduada em História pela UVA. Graduada em Pedagogia pela FAK. E-mail: nubia2016.ips@gmail.com

² Pós-doutora em Ciências Sociais (ciências humanas) pela École des Hautes Études en Sciences Sociales - EHESS de Paris. Professora Titular da Universidade Federal do Ceará. E-mail:jacklinerabelo@gmail.com

Diante de tais inquietações é que propomos a seguinte questão norteadora: Qual tipo de educação pública é ofertada? Educação para quê e para quem? A educação pública é de gestão pública?

Desta forma, norteamos nosso estudo com o objetivo geral de examinar, à luz da crítica marxista, as concepções educativas presentes no projeto educacional brasileiro relativo à gestão do ensino público destinado à (de)formação da classe trabalhadora. Neste delineamento procuramos como objetivos específicos: revisar as concepções teóricas do campo do marxismo em relação ao complexo da Educação, perscrutando o eixo da educação escolar pública; relacionar as diferentes concepções de educação relativas ao sistema educacional brasileiro para compreender suas perspectivas ideológicas; e mapear leis, emendas constitucionais, decretos, instruções normativas e resoluções determinantes ao *modus operandi* do sistema educacional brasileiro.

Desta forma, para o desenvolvimento da fundamentação teórica, nos orientamos pela corrente de pensamento marxista, centrado nas concepções de educação como complexo social que surgiu a partir do trabalho e ontologicamente determinada pela constituição do ser social. Assim, revisaremos estudos dos clássicos, a exemplo de Marx (2004 e 2012), Marx e Engels (2007), Lukács (2013), Mészáros (2008) e de intérpretes contemporâneos como Freitas (2018) Lessa e Tonet (2004), Rabelo e Segundo (2011), Rabelo, Jimenez e Segundo (2015) Para abordar o prisma legal-administrativo, recorreremos primeiramente à Constituição Federal de 1988 (CF/1988) e à Lei n. 9.394 de 1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dentre outras, concepções fundamentais para o desenvolvimento da presente proposta de pesquisa.

Por tratar-se de um estudo denso em conteúdo e material, a metodologia adotada foi a de caráter exploratório, com a utilização de uma abordagem contextualizada dos documentos oficiais que tangenciam a educação brasileira e material bibliográfico que trate da temática.

As contribuições de uma pesquisa desta natureza transcendem a conjuntura acadêmica para alcançar o arcabouço literário sobre a educação no contexto da gestão pública que tendem a impactar na visão dos acadêmicos, professores, formadores e reformadores educacionais e fornecer subsídios para outros pesquisadores, considerada a necessidade de diálogo entre as ciências e as diversas fontes para propor alternativas às múltiplas faces sobre as quais se pode visualizar a educação, especialmente, ao projetos educativo destinados aos filhos e filhas da classe trabalhadora.



METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Para que possamos realizar as nossas análises e reflexões, a matriz teórico-metodológica será o materialismo histórico-dialético de Karl Marx e Friedrich Engels. Soma-se a esse esforço, o recurso do levantamento bibliográfico e da revisão da literatura acerca da temática, bem como dos discursos políticos e ideológicos presentes nos documentos que tratam da questão educacional no Brasil.

Quanto à pesquisa documental, procuramos produzir uma reflexão sobre os dados analisados, o que se coaduna com nossa pretensão de examinar criticamente, à luz do marxismo, tanto os discursos quanto dos documentos legais-administrativos. Consideramos, ademais, que o ponto central de nossa perspectiva é que não basta alardear uma luta pela educação pública que não se concretiza na vida cotidiana, é preciso estratégias coletivas de lutas em prol da defesa da escola pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada.

REFERENCIAL TEÓRICO

O neoliberalismo tem suas origens e desenvolvimento na necessidade de reprodução ampliada do Capital em crise, chega na América Latina pelo predomínio dos Estados Unidos sob os países periféricos. Mészáros (2003) nos permite compreender essa tendência de proliferação de ações e ideologias de controle social e econômico, que ficou mais nítida após os acontecimentos da 2ª Guerra Mundial onde os Estados Unidos se projetavam como potência econômica mundial, mas também após o final da Guerra Fria.

No Brasil, o neoliberalismo no sistema educacional é introduzido no final dos anos 1970, mas é somente nas décadas de 1980 e 1990 que essas alterações se tornam mais contundentes, especificamente, nos Governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Como destaca Gomes e Colares (2012, p. 286) “Não por acaso, a lógica do capital transforma tudo em mercadoria, bens e serviços, incluindo o próprio trabalhador.” As bases estruturantes do capitalismo continuam sua marcha contraditória, expropriando o trabalhador de suas forças produtivas, oprimindo a classe trabalhadora e impondo dinâmicas sociais de competição e desigualdades. O neoliberalismo, por sua vez, utiliza o complexo da educação, historicamente produzido para aumentar o nível de controle dos professores, do que é ensinado, assim como também do que é aprendido no espaço escolar.



Ademais, para Mészáros (2008), a Educação em sentido amplo é um processo de institucionalização e internalização que carrega marcas históricas e influências dos diversos contextos que determinam o paradigma pedagógico atual para consolidação de pautas sociais e mentalidades individuais, inclusive como instrumento de leitura, releitura ou falsificação da história. Conforme Lukács (2013, p. 176) “a educação dos homens, pelo contrário, consiste em capacitá-los a reagir adequadamente aos acontecimentos e às situações novas e imprevisíveis que vierem a ocorrer depois em sua vida”.

Evidentemente, a educação em seu sentido amplo é um processo contínuo inacabado, inconcluso, Lukács (2013) aponta para um processo que nunca estará realmente concluído, visto que os ciclos, variações determinadas pelos sistemas escolares são incapazes de preparar os homens por completo. Esses letramentos emergenciais determinados pelos currículos escolares são incapazes de preparar os homens para o mundo ao qual ele se defronta.

Nesta direção, Mészáros (2008) adverte que esse modelo de educação, construído sob a égide do capitalismo, se projeta e se desenvolve numa perspectiva de educação passiva e ideológica diante das possibilidades de emancipação humana frente às mazelas produzidas pela lógica de reprodução ampliada do capital, passando a configurar-se também como uma mercadoria.

É nesse sentido que Rabelo e Segundo (2011), também tece uma crítica às determinações impostas pelo estado burguês e seus propulsores na educação que precariza o acesso ao saber minimamente necessário ao processo formativo-educativo do ser social, voltando-se ao controle dos processos avaliativos e do próprio currículo, da formação docente e da educação de massa, para fins de interesse da reprodução e perpetuação da ideologia burguesa.

Nesta direção o Estado, a Educação e a Economia são conjunturas que estruturam a reprodução do capital, visto que seus interesses estão representados pelos novos sujeitos das reformas educacionais brasileiras como: os novos partidos, instituições financeiras, organizações sociais, empresas que definiram a dinâmica desse processo.

Logo, o caso brasileiro, a padronização da educação, o financiamento empresarial, as avaliações em larga escala reforçam, conforme Freitas (2018), o postulado classista de que direitos básicos passam a ser visto como um “serviço” que se adquire, e não mais como um direito, afastando do Estado, o que justifica a sua privatização.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

No delinear desta análise encontramos concepções de Educação, que por sua vez, são tangenciados por ideologias e valores. A educação pública e gratuita como um direito para todos e sob a responsabilidade do Estado estavam presentes nas formulações de Marx (2012) sobre educação e ensino no contexto da crise da economia política no contexto de transição do processo produtivo manufatureiro para o processo industrial. Esse indicativo de Marx (2012) considera a combinação da educação com a produção material, ou seja, a defesa de um processo educacional indissociável do trabalho.

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 205, determina que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (Brasil, 1988). Assim como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1996)

Nestes preâmbulos podemos compreender em Lessa e Tonet (2004) que a educação é um complexo que surge do trabalho livre, coletivo e que o trabalho é categoria fundante do ser social. Nos documentos legais de referência da educação apresentam orientações de padronização de um modelo corporativo de educação como instrumento de qualificação de mão de obra para o dito mercado de trabalho.

A educação, assim como a ciência e o direito são controlados pela classe dominante, desse modo, o trabalho como centralidade da reprodução social, assim como outros mecanismos de mediação são utilizados como mecanismo de controle e exploração do homem pelo homem, reflexo do descompasso tangenciado pela capital. Os confrontos entre Educação pública e privada sob a égide do Estado evidenciam uma indefinição de domínios, assim como também a ambiguidade do Estado como espécime do poder público.

O financiamento da educação pelos organismos financeiros internacionais pressupõe que o Estado reestruturar seu modelo gerencial, descentralizando a gestão da educação (Segundo, 2005). Destarte, a gestão educacional incorpora a tendência de quantificação de conhecimentos por meio de competências e habilidades, gestão de resultados determinando índices que mensuram a qualidade da educação. Conforme Lopes e Castro (2012) convivem



na escola diferentes modelos de gestão, com forte tendência ao gerencialismo, em implantação em todo o sistema nacional.

O fenômeno relativo à crescente subordinação da educação aos interesses do mercado, em escala mundial, como, especificamente, no Brasil, tem sido alvo de denúncias por parte de estudos que abarcam o fenômeno por ângulos diversos, e cujos pressupostos de análise alcançam, por sua vez, diferentes níveis de espectro crítico. O reconhecimento do papel central do Estado na operacionalização de tal feito tem sido, todavia, uma constante nas apreciações tecidas sobre a questão, gozando de pleno reconhecimento a relação entre a neoliberalização do Estado e o aprofundamento inédito da privatização do setor público, em geral e da educação, em particular. O peso mandatário dos chamados organismos multilaterais, como o FMI e Banco Mundial, vem sendo, também, amiúde, evocado, mormente no que diz respeito à aplicação de um novo modelo de governança, obstinadamente apontando para a dissolução das fronteiras entre o público e o privado, em favor deste último setor, nos países do capitalismo periférico (países em desenvolvimento) (Jimenez, 2010, p. 15).

Esse modelo de privatização do ensino e da gestão da educação por meio de parcerias entre público e privado, guiado pelo prisma neoliberal, consiste na articulação entre participação e controle, foi utilizado pelas políticas públicas como o caminho para a modernização da administração pública, e, portanto, para a descentralização da administração escolar, com a responsabilização verticalizadas dos problemas imediatos da educação como forma de assegurar o discurso da modernidade como saída e não como mazela do sistema societário dominante.

Nesta direção, podemos encontrar a presença de postulados como: o estado como realizador da educação, a educação como direito de todos, a educação como dever do Estado, gestão pública e democrática da educação, preparação para o exercício da cidadania, e qualificação para o trabalho. Estes aspectos compõem um conjunto de temas que apresentam enormes contradições diante das mazelas sociais produzidas pelo metabolismo do capital e que confrontam diretamente o papel da educação na formação de pessoas capazes de pensar um mundo capaz de romper com a lógica do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O complexo da educação surgiu a partir do trabalho livre e foi decisivamente importante para a reprodução social do ser, os processos educativos garantem aos sujeitos a apropriação dos conhecimentos historicamente constituídos pela humanidade, esses saberes são decisivos para a continuidade social do ser, uma característica que lhe é peculiar, diferenciando-o de outros seres biológicos. Na contramão desse movimento, a educação foi



sequestrada pelo capital para, predominantemente, determinar sua lógica de necessidade reprodutiva e destrutiva.

O Estado, dialeticamente, assume o papel social do gerenciamento da educação em stricto sensu, aleardamente os interesses dominantes são incorporados como necessidade de reprodução do capital em contexto da crise estrutural como nos alerta Mészáros (2003). A privatização do ensino e da gestão pública operacionalizada a partir de resultados de aprendizagem, por meio de classificações e premiações, direcionando a educação para um afastamento de sua função primeira e subjugando de forma cada vez mais severa a classe trabalhadora.

Destarte, a compreensão da educação enquanto processo historicamente construído está no cerne das possibilidades de emancipação histórica desse modelo societal, cujos impactos e mudanças estão diretamente ligados à forma de como os indivíduos reconhecem e se reconhecem dentro dele e que coletivamente podem superar toda e qualquer forma de dominação do homem pelo homem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 04 de abr. 2024.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília/DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 04 de abr. 2024.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. / Luiz Carlos de Freitas. – 1. ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GOMES, A. O. COLARES, M.L.I.S. A educação em tempos de neoliberalismo: dilemas e possibilidades. **Acta Scientiarum. Education**: Maringá, v.34,n. 2, p. 281-290, July-Dec.,2012.

JIMENEZ, Susana. A política educacional brasileira e o plano de desenvolvimento da Educação (PDE): uma crítica para além do concerto democrático. In: JIMENEZ, S.; RABELO, J.; MENDES SEGUNDO, M. (Org.). **Marxismo, educação e lutas de classes**: pressupostos ontológicos e desdobramentos ídeo-políticos. Fortaleza: EdUECE, 2010. p. 15-32.



LOPES, Monik de Oliveira. CASTRO, Alda Maria Duarte. Modernização Administrativa: repercussões na gestão educacional. In: CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. FRANÇA, Magna. (orgs.). **Política Educacional: contextos e perspectivas da educação brasileira**. Brasília: Liber Livro, 2012.

LUKÁCS, Georg. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo, Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Crítica do Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

MÉSZÁROS, Istvan. **O Século XXI: socialismo ou barbárie?** 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2003.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

RABELO, Josefa Jackline; SEGUNDO, Maria das Dores Mendes. **O Banco Mundial e a intervenção avaliativa na política educacional dos países pobres**. In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 6., 16 a 19 maio 2011, Vitória (ES). Anais... Vitória (ES), 2011.

SEGUNDO, Maria das Dores Mendes. **O Banco Mundial e suas implicações na política de financiamento da Educação Básica no Brasil: o Fundef no centro do debate**. (Tese de Doutorado). Programa de Pós Graduação em Educação Brasileira, Faculdade de Educação da UFC – FAGED. Fortaleza, Ceará, 2005.

TONET, Ivo, and Sérgio Lessa. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular. 2004.